



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 18 de Dezembro de 2019
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIII

Nº 1791



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1574, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

"ESTIMA AS RECEITAS E FIXA AS DESPESAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO PARA O EXERCÍCIO DE 2020, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Monte Carmelo para o exercício de 2020, compreendendo o Orçamento Fiscal para os Poderes Executivo, Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, nos termos do parágrafo 5º do artigo 165 da Constituição Federal, Lei Federal 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 e Lei Orgânica Municipal.

TÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL

CAPÍTULO I DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º. A Receita Orçamentária, que decorrerá da arrecadação de tributos próprios ou transferências e demais receitas correntes e de capital, previstas na legislação tributária vigente, de acordo com os quadros anexos a esta Lei, é estimada em R\$ 166.504.000,00 (cento e sessenta e seis milhões, quinhentos e quatro mil reais), com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS POR CATEGORIAS ECONOMICAS

RECEITAS CORRENTES	Valores em R\$
Receita Tributaria	17.994.370,86
Receitas de Contribuições	5.380.996,77
Receita Patrimonial	978.911,88
Receita de Serviços	11.588.558,00
Transferências Correntes	122.403.873,48
Outras Receitas Correntes	18.712.420,25
Sub Total (a)	177.059.131,24
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	
	(16.177.525,81)
Sub Total (b)	(16.177.525,81)
TOTAL (a-b)	160.881.605,43
RECEITAS DE CAPITAL	
Alienação de Bens	0,00
Transferências de Capital	5.622.394,57
Sub Total (c)	5.622.394,57
TOTAL GERAL DAS RECEITAS (d = a - b + c)	166.504.000,00

Art. 3º. A despesa será realizada segundo a discriminação constante dos adendos e quadros que acompanham esta Lei, de acordo com os seguintes desdobramentos:

CAPÍTULO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

SEÇÃO I DA DESPESA TOTAL

Art. 4º. A Despesa Orçamentária é fixada em R\$ 166.504.000,00 (cento e sessenta e seis milhões quinhentos e quatro mil reais), segundo a discriminação do quadro de Despesas por Categoria Econômicas, abaixo:

DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

DESPESAS CORRENTES	Valores em R\$
Pessoal e Encargos Sociais	72.015.541,04
Juros e Encargos da Dívida	2.380.626,40
Outras Despesas Correntes	63.534.011,54
Sub Total (a)	137.930.178,98
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	22.297.705,33
Amortização da Dívida	3.924.980,00
Sub Total (b)	26.222.685,33
RESERVA DE CONTINGENCIA	
Reservas de Contingência	2.351.135,69
Sub Total (c)	2.351.135,69
TOTAL DA DESPESA (d = a + b + c)	166.504.000,00

CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 5º. Fica o Poder Executivo, Poder Legislativo e a Administração Indireta, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1535 de 19 de junho de 2019, para o exercício de 2020, autorizados a:

- Abrir, no curso da execução orçamentária de 2020, créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social com finalidade de incorporar, ajustar ou corrigir os valores fixados ou que excedam as previsões constantes desta Lei;
- Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência até 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para abrir créditos adicionais suplementares e nas situações previstas no artigo 5º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigo 8º, da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;
- Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do inciso I, do artigo 43 da Lei 4.320/64, sem onerar o limite do inciso I deste artigo;
- Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumulados mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, for efetivamente comprovado, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do inciso II, do artigo 43 da Lei 4.320/64;
- Abrir, no curso da execução do orçamento, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas à fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução;
- Alterar ou incluir grupo, elemento de despesas ou especificação das fontes e destinação de recursos para atender às suas peculiaridades, além daquelas determinadas no caput deste artigo, por decreto do Poder Executivo, mediante prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Fazenda.

§1º. Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

§2º. Entende-se como categoria de programação, de que trata o parágrafo 1º deste artigo, despesas que fazem parte da mesma classificação funcional programática e que pertençam ao mesmo órgão e unidade orçamentária.

TÍTULO III DA SUBDIVISÃO DE ELEMENTOS DE DESPESAS

Art. 6º. O Poder Executivo fica autorizado a incluir elemento de despesas para:

I. Incluir, em cada ação, elementos de despesas novos não previstos no orçamento vigente, tendo em vista a padronização e adoção de novos critérios na classificação das receitas e despesas públicas, no âmbito do Município.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal deverá adotar todas as medidas necessárias para compatibilizar a realização das despesas com a efetiva arrecadação da receita, objetivando o seu equilíbrio e as limitações previstas na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e suas alterações posteriores, sempre precedidas de autorização legislativa.

Art. 8º. O Poder Executivo solicitará autorização para contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento básico, infraestrutura, habitação em áreas de baixa renda e aquisição de máquinas e equipamentos para obras.

Art. 9º. O Poder Executivo solicitará autorização legislativa para contrair financiamentos e realizar cessão de créditos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como para oferecer as contra garantias necessárias à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para realização destes financiamentos.

Art. 10. Pertencem a esta Lei os seguintes anexos:

- I. QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa – Exercício 2020 – Orçamento Consolidado;
- II. QDR - Quadro de Detalhamento da Receita – Exercício 2020 – Orçamento Consolidado;
- III. Demonstrativo da Receita e da Despesa Segundo as Categorias Econômicas – ANEXO I – Exercício 2020 Orçamento Consolidado do Município;
- IV. Receita Segundo as Categorias Econômicas - Anexo II – Exercício 2020. Orçamento Consolidado do Município;
- V. Natureza da Despesas – ANEXO II – Exercício 2020. Orçamento Consolidado do Município;
- VI. Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Órgão e Unidades – ANEXO VI – Exercício 2020. Orçamento Consolidado;
- VII. Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades – ANEXO VII – Exercício 2020. Orçamento Consolidado;
- VIII. Demonstrativo de Programas por Projetos e Atividades – ANEXO VII – Exercício 2020. Orçamento Consolidado;
- IX. Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas Conforme Vínculo com recursos – ANEXO VIII – Exercício 2020. Orçamento Consolidado;
- X. Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – ANEXO X – Exercício 2020. Orçamento Consolidado do Município;
- XI. Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – ANEXO XI – Exercício 2020. Orçamento Consolidado do Município.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, postergando os seus efeitos para o dia 1º de janeiro de 2020.

Monte Carmelo, 12 de dezembro de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1575, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO SALVE JAH, NA FORMA QUE ESPECIFICA”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com a Associação “Movimento Salve Jah”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 17.555.726/0001-93, para lhe conceder subvenção com a finalidade de auxiliar na continuidade de medidas adotadas para garantir os direitos e o bem estar de cães e gatos no Município.

Art. 2º A subvenção corresponderá ao valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), devendo o repasse ser efetuado em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação oficial desta Lei, mediante a formalização de Termo de Convênio.

Parágrafo único. O valor deverá ser destinado às ações de controle populacional, por meio de castração cirúrgica, e assistência aos animais não domiciliados, bem como à castração, identificação, vacinação e controle de endoparasitas dos animais pertencentes às famílias de baixa renda.

Art. 3º A associação deverá prestar contas desse recurso nos termos da legislação vigente, sob pena de responsabilidade dos seus representantes.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
02.04.36.05.10.305.4005.3004.3350430000. - Ficha: 852

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 17 de dezembro de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1576, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO CARMELITANA MÁRIO PALMÉRIO – FUCAMP, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com o Fundação Carmelitana Mário Palmério - FUCAMP, instituição de caráter técnico-científico e educativo, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.345.421/0001-80, cujo o propósito é fomentar ações de caráter público na área da educação, de forma complementar, com a disponibilização de recursos financeiros no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 2º. O Convênio descrito no artigo 1º desta Lei, objetiva a execução, pela FUCAMP, do programa de ensino Escola de Formação Gerencial – Núcleo de Empreendedorismo Juvenil (EFG NEJ) – Curso Técnico de Administração – Eixo Tecnológico Gestão e negócios, de titularidade do SEBRAE – MG.

Parágrafo único. O Município de Monte Carmelo fixará, em termo de convênio, as obrigações a serem assumidas pelas partes, especialmente quanto à destinação dos recursos para fins de execução do Programa Escola de Formação Gerencial – Núcleo de Empreendedorismo Juvenil (EFG NEJ) – Curso Técnico de Administração – Eixo Tecnológico Gestão e negócios, em conformidade com o plano previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Monte Carmelo.

Art. 3º. Para fiel execução do objeto do convênio o Município de Monte Carmelo repassará ao Fundação Carmelitana Mário Palmério – FUCAMP, o importe total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 4º. Para atender as despesas decorrentes desta Lei será utilizada a seguinte dotação, consignada no orçamento vigente:
Dotação Orçamentária:
02.02.25.01.12.363.4001.3.013.33.50.41.00.00 Ficha: 954

Art. 5º. O convênio de que se trata essa Lei vigorará por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, adotadas as formalidades legais pertinentes.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 17 de dezembro de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1577, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, no orçamento do Município no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) visando à criação de nova dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.309 - Promoção ao TFD - Tratamento Fora do Domicílio		
Elemento	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fte Recursos: 155- Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	Valor R\$ 38.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.309 - Promoção ao TFD - Tratamento Fora do Domicílio		
Elemento	3.1.90.04.00.00 - Contratação por tempo determinado	Fte Recursos: 155- Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	Valor R\$ 10.000,00

Total Geral: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente, conforme detalhado abaixo:

Órgão	02- Poder Executivo		
Entidade	04- Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	02- Atenção Básica		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	301- Atenção Básica		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.305 - Promoção à Atenção Básica em Saúde		
Elemento	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	Fte Recursos: 155- Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	Valor R\$ 23.300,00
Órgão	02- Poder Executivo		
Entidade	04- Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.319 - Promoção à Assistência Hospitalar, Ambulatorial e Especial		
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fte Recursos: 155- Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	Valor R\$ 18.700,00
Órgão	02- Poder Executivo		
Entidade	04- Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	04 - Bloco da Assistência Farmacêutica		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	303 - Suporte Profilático e Terapêutico		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.313 - Promoção à Assistência Farmacêutica		
Elemento	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	Fte Recursos: 155- Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	Valor R\$ 4.600,00

Órgão	02- Poder Executivo		
Entidade	04- Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	05 - Bloco da Vigilância		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.327 - Promover à Vigilância Epidemiológica		
Elemento	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fte Recursos: 155- Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	Valor R\$ 1.400,00

Total Geral: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Art. 3º Fica autorizada a Suplementação, se necessário, até o limite de 40% (quarenta por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 17 de dezembro de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1578, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, no orçamento do Município no valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), visando à criação de nova dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	25 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura		
Sub-Unidade	01- Secretaria de Educação e Cultura		
Função	12 - Educação		
Subfunção	363 - Ensino Profissional		
Programa	4001 - Governo p/ todos c/ <u>respons.</u> Eficiência e Transparência		
Projeto/Atividades	2.104 - Manut. Atividades Convênios Educação Empreendedora “Espaço Inovacer”		
Elemento	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	Fte Recursos: 100 - Recursos Ordinários	Valor R\$ 390.000,00

Total Geral: R\$ 390.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente, conforme detalhado abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	20 - Secretaria Municipal de Fazenda		
Função	04 - Administração		
Subfunção	123 - Administração Financeira		
Programa	4001- Governo p/ todos c/ <u>respons.</u> eficiência e transparência		
Projeto/Atividades	2.185 - Gestão das Ações da Secretaria da Fazenda		
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fte Recursos: 100 - Recursos Ordinários	Valor R\$ 390.000,00

Total Geral: R\$ 390.000,00

Art. 3º Fica autorizada a Suplementação, se necessário, até o limite de 40% (quarenta por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

Art. 4º Fica incluso no Programa 4001- Governo p/ todos c/ respons.

Eficiência e Transparência, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2018-2021 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta Lei, conforme determina no art. 3º da Lei n.º 1414, de 13 de dezembro de 2017.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2019, Lei Municipal nº 1468, de 27 de junho de 2018, o seguinte Projeto/Atividade:

Projeto/Atividade: 2.104 –Manut. Atividades Convênios Educação Empreendedora Espaço Inovacer

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 1571, de 12 de dezembro de 2019.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 17 de dezembro de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 9895, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

“Determina o arquivamento de Processo Administrativo Disciplinar”.

A Procuradora Geral do Município, Dra. Iolanda Gomes Sunahara, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 366/2007, e com fundamento nos artigos 216 e seguintes, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

CONSIDERANDO que o relatório final apresentado pela Comissão Processante instituída por meio da Portaria nº 9781, de 21 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial do Município nº 1758, de 22 de outubro de 2019, decidiu que a conduta do servidor J.R.D.A. não infringiu o disposto no artigo 180 e seguintes c/c o artigo 190, III e o artigo 195, XII, tendo em vista o disposto no artigo 196, ambos da Lei Complementar 08/2005;

CONSIDERANDO que o julgamento foi proferido com base no relatório apresentado pela comissão processante, em estrita conformidade com o disposto no art. 235 do Estatuto dos Servidores Públicos;

CONSIDERANDO que o parágrafo 4º do art. 234 do mesmo diploma legal estabelece que “Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos”;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinado o **ARQUIVAMENTO** do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar possível infração a Lei Complementar 08/2005 (Estatuto dos Servidores) por parte do(a) servidor(a) J.R.D.A., inscrito(a) na matrícula sob o nº 439648.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 16 de dezembro de 2019.

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE TERMO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO – Termo Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Associação Filatrópica de Monte Carmelo – Casa de Sopa Dona Fia, com fundamento da Lei nº 1570, de 10 de dezembro de 2019, para a concessão de direito real de uso de bens imóveis, consistentes em: a) Lote de terreno de nº 01, da Quadra 06, devidamente registrado do C.R.I. sob o nº 31.859, do Livro 02; b) Lote de terreno de nº 02, da Quadra 06, devidamente registrado no C.R.I. sob o nº 31.860, do Livro 02; c) Lote de terreno de nº 03, da Quadra 06, devidamente registrado no C.R.I. sob o nº 31.861, do Livro nº 02; e, d) Lote de terreno de nº 04, da Quadra 06, devidamente registrado no C.R.I. sob o nº 31.862, do

Livro 02. Vigência: Vigorará por 99 (noventa e nove anos), contados a partir da data de sua assinatura, a qual ocorreu em 12/12/2019.

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br